

Resíduos e hesitações em António Franco Alexandre: uma leitura de *Os objectos principais*

Residues and hesitations in António Franco Alexandre: a reading of *Os objectos principais*

Ana Cristina Joaquim¹ 

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

wiquen@gmail.com

Recibido: 21/1/2025. Aceptado: 4/3/2025.

RESUMEN

Este estudo analisa a obra poética *Os Objectos Principais*, de António Franco Alexandre, publicada num contexto sócio-político português pós-Revolução de abril (1974-1976). Explora a relação entre a poética do autor, caracterizada por uma "linguagem orgulhosamente insignificante" e uma sintaxe labiríntica, e a crítica social e política da época. A investigação baseia-se em análises literárias, entrevistas e textos críticos para examinar o modo como a obra articula a memória colectiva, a falácia das representações históricas e a ambiguidade revolucionária através de uma poesia opaca e hesitante. Destaca-se a postura estilística de resistência formal e a rejeição de certezas absolutas, reflectindo um discurso contra-hegemónico que questiona a transformação cultural e política de Portugal após a ditadura. A investigação conclui que a indeterminação e a dúvida são elementos fundamentais na poética de Franco Alexandre, propondo a sua obra como um testemunho estético e político da época, oferecendo uma reflexão profunda sobre a impossibilidade de uma síntese definitiva entre poesia, história e revolução.

Palabras clave: poesia portuguesa, memória histórica, crítica política, António Franco Alexandre

ABSTRACT

This study analyzes the poetic work *Os Objectos Principais* by António Franco Alexandre, published in the socio-political context of Portugal after the April Revolution (1974-1976). It explores the relationship between the author's poetics, characterized by a "proudly insignificant language" and a labyrinthine syntax, and the social and political criticism of the time. Based on literary analysis, interviews and critical texts, this research examines how the work articulates collective memory, the fallacy of historical representations, and revolutionary ambiguity through an opaque and hesitant poetry. The stylistic stance of formal resistance and the rejection of absolute certainties stand out, reflecting a counter-hegemonic discourse that questions the cultural and political transformation of Portugal after the dictatorship. The investigation concludes that indeterminacy and doubt are fundamental elements in Franco Alexandre's poetics, proposing that his work is an aesthetic and political testimony of the time that offers a profound reflection on the impossibility of a definitive synthesis between poetry, history and revolution.

Keywords: Portuguese poetry, historical memory, political criticism, António Franco Alexandre

¹ Investigadora. Doctora en Literatura Portuguesa de la Universidad de São Paulo. Magíster en Filosofía (UNICAMP, 2011). Licenciada en Letras/Portugués (Universidad de São Paulo). Licenciada en Filosofía por la Universidad São Judas Tadeu. Actualmente participa en un programa de posdoctorado en Teoría de la Literatura por la Universidad Estatal de Campinas. Su trabajo se centra en teoría literaria y filosofía, con enfoque en estudios críticos y análisis literarios contemporáneos..

a série de palavras (seja qual for a intensidade
dos seus nomes, como as razões que nos vestem
de grandes corolas) não esgota nunca os seus objectos,
assim dispostos na aguarela ao lado
dos buracos esborratados. isso mesmo nos permite um momento
de instantâneo desespero, ou indecisão, ou o cimo
das árvores no meio do verão. reproduzo
fielmente as suas mãos, a água, e o contorno
das desiguais ausências. não foi assim
que o visível e o invisível se confundem
na mancha, logo abaixo das nuvens?
esta sua teoria conduz-nos contudo
a imprecisões deliciosamente suportáveis. as canetas,
por exemplo, escrevendo a palavra "inverno";
os enxovais da princesa de água; o sítio
mais ao norte onde chegam os cavalos;
os cinzeiros, que colocam a sua transparência e simbolizam
com os principais objectos.
haverá motivo para o nosso pavor? (...)
Alexandre, *Os objectos principais* (2021)

O trecho inicial do poema "Os objectos principais", que compõe livro homônimo, escrito em 1975, um ano após a Revolução dos Cravos, e publicado apenas em 1979, me interessa particularmente, por colocar em cena alguns elementos simultaneamente caros à poética de Franco Alexandre, bem como ao contexto político português de então. Antes de anunciá-los, no entanto, acredito que uma breve incursão contextual possa contribuir para o pensamento dessa intersecção que proponho.

Durante o ano de 1975, Portugal está às voltas com o *Processo Revolucionário em Curso*, nome do decurso político, social e institucional que abarca o período que se estende entre o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e finalização do desenvolvimento constituinte com a aprovação da *Constituição Portuguesa* em abril de 1976. (Cf. Dionísio, 1993). Neste mesmo ano, em 19 de julho de 1976, Eduardo Lourenço publica um livro, cuja provocação inscrita no título: *O Fascismo Nunca Existiu*, faz remissão ao modo como alguns meios de comunicação portugueses trataram os 48 anos vividos sob o cárcere da política estado-novista. Contra essa perspectiva deturpadora dos fatos, Lourenço se pronuncia:

(...) "o fascismo português" foi qualquer coisa de "profundo", de intimamente ligado por todas as fibras do nosso itinerário histórico a toda uma estrutura arcaizante da sociedade portuguesa, qualquer coisa de "orgânico", para empregar uma das "categorias" do próprio sistema. Não sei se foi mais "orgânico" que o nazismo, mas foi-o sem dúvida mais seriamente que o fascismo propriamente dito, o italiano, que, *laico* na sua ideologia, não pôde realizar a simbiose espantosa, o monstruoso conúbio que o nosso operou, desde o início, com o catolicismo. (Lourenço, 1976, p. 232)

Em 1994, quase duas décadas após a publicação do livro supra referido, Lourenço fala, no *Público*, acerca da

Incapacidade ou insucesso da revolução de Abril para levar a cabo uma crítica fundada e eficaz não só das referências e da prática política do antigo regime, como da sua cultura. Legitimada e legítima como democracia, a mudança operada pela revolução nunca se legitimou totalmente em termos de cultura. (Lourenço, 1994, p. 6)

António Franco Alexandre, por sua vez, em entrevista conduzida por Américo António Lindeza Diogo e Pedro Serra, publicada em 2001, na revista *Inimigo Rumor*, vai se referir a *Os Objectos Principais* como um livro prospectivo, uma espécie de pesquisa exploratória em que o estudo preliminar de um certo contexto político-social se atualiza mediante o uso de uma linguagem, em suas palavras *orgulhosamente insignificante de todos os pontos de vista excepto o seu próprio*:

Inimigo Rumor. A questão da épica numa poesia com tanta variedade de formas põe-se ainda no livro que se segue a *Sem Palavras nem Coisas*, *Os Objectos Principais*. Os ditos *Objectos* começam por um retirar de dignidade referencial à palavra poética, de sua tradição criacionista, que deixam sem poder diante de um «desastre político»: a vida do homem é uma vida de morcego. Ao mesmo tempo, essa épica de um desastre assume uma forma mais assisada, torna-se elegia, e uma crítica às linguagens do político de que parece ressaltar que a única posição possível para a linguagem poética reside numa geminação com o silêncio. Quer comentar?

António Franco Alexandre. Talvez seja bom recordar que *Objectos* foi escrito em 75, não é uma reflexão, é uma prospeção. Mas a insignificância só podia, muito marginalmente, vencer-se, numa linguagem orgulhosamente insignificante de todos os pontos de vista excepto o seu próprio. De algum modo, *Objectos* é todo escrito em código, ou calão. (Alexandre, 2001, p. 51)

Isso a que Rosa Maria Martelo nomeou a "resistência pela forma", é expresso de maneira veemente nessa leitura que Franco Alexandre faz, 26 anos depois, de sua própria composição. A uma linguagem cuja insignificância orgulhosa abarca todos os pontos de vista – importa ressaltar o qualificativo "orgulhosa", que também poderíamos traduzir como uma espécie de despretensão face aos limites da linguagem – se opõe uma linguagem modestamente significativa e codificada que coincide com o único ponto de vista que estaria ao seu alcance: a própria linguagem. Há que modalizar a paráfrase, no entanto, uma vez que não acredito que Franco Alexandre esteja comprometido com uma poética de cunho autônomo, no sentido (sempre questionável, independentemente de quem possa assumir essa perspectiva) de uma poesia que subsistiria a despeito de quaisquer contextos históricos-culturais, uma vez que a própria linguagem – assim como a ideia de poesia ela mesma – se modifica condicionalmente conforme os repertórios contextuais. A esse propósito, Pedro Serra discorre sobre *Dos Jogos de Inverno*:

(...) temos a mais explícita consciência, por parte do poeta, de afinidades geracionais: "Ao atravessar as ruas há outros como eu/ a jeito para enfiar uma navalha ao fim da tarde/ Aqueles para quem o mundo ia ser outro de mãos lavadas/ e ficou tudo igual com mais ausentes à mistura" (267-268). Esta orfandade, [afirma Serra] é a própria dos 'filhos' do marxismo. (Serra, 2000, p. 651)

Tais afinidades geracionais estão indelevelmente marcadas numa publicação que viria provocar uma forte intervenção na relação entre poesia, leitor e contexto político: no mesmo ano de 1976, em que será finalizado o *Processo Revolucionário em Curso*, e em que Eduardo Lourenço publica *O Fascismo Nunca Existiu*, António Franco Alexandre, Helder Moura Pereira,

João Miguel Fernandes Jorge e Joaquim Manuel Magalhães publicam um “livro objeto” que, com o propósito de incitar uma ruptura com hegemonias e homogeneidades comportamentais ainda assentes no pós-25 de abril, recebe a alcunha, por parte de Fiamma Hasse Pais Brandão, de uma “metáfora-não-livro”. Trata-se do *Cartucho*. Esse gesto coletivo, apesar de todas as evasivas por meio das quais Franco Alexandre se manifestou posteriormente, se apresenta, indubitavelmente, como uma maneira de requisitar um discurso poético capaz de dialogar, simultaneamente, com a complexidade do momento histórico pós-Revolução dos Cravos e com o contexto poético de então. A “metáfora-não-livro” por meio da qual *Cartucho* conformou os poemas, encontra no título, posteriormente conferido ao objecto, encaminhamentos de leitura que se prestam a alusões evidentes: um cartucho de papel frágil, um invólucro que continha no seu interior uma série de poemas amassados, frequentemente usado pela mercearia para transportar mercadorias de uso cotidiano; o cartucho também tem a acepção de recipiente de balas numa arma. Essa publicação, portanto, faz menção, duplamente, a um certo modo de vida mercantilizado, cuja crítica recai sobre a sociedade do consumo (importa lembrar os versos iniciais de *Os Objectos Principais*, livro que acolhe todos os 5 poemas publicados por Franco Alexandre no *Cartucho*, praticamente sem alterações, conforme nos informa Rosa Maria Martelo (Cf., 2010a: 173): “poderemos, um dia, amar estas vitrinas/ como quem ama uma ideia imperdoável, ou uma/ breve hesitação dos condutores/ a meio do percurso?” (Alexandre, 2021, p. 69)), bem como uma certa ideia de revolução que não teria de fato se cumprido, conforme vimos acima com Eduardo Loureço, uma vez que o cartucho é também o que resta depois do disparo: um invólucro vazio. Joaquim Manuel Magalhães se pronuncia a esse respeito:

Não são apenas os poemas que me interessam, mas o terem aparecido assim. Amarrotei a forma da produção, do consumo, da troca ordenada, da neutra ida de mão para mão: a ligação da mão que estende um cartucho numa mercearia a outra mão é igual a um corpo que dispara uma bala a outro corpo. (Magalhães, 1987, pp. 89-90)

Não adentro, aqui, na larga e já muito discutida trajetória que o “retorno ao real”, em expressão do poeta e crítico Joaquim Manuel Magalhães, suscitou como polémica nos meios literários de então, tampouco nas sucessivas atualizações do debate e da poética deste, muito possivelmente, em função da perspectivação histórica. A esse respeito, importa apenas ressaltar que a história esteve, no contexto dessa produção, intrinsecamente associada à criação de cada um destes poetas.

Ainda a respeito de uma das alusões a que a imagem do cartucho se presta, importa mencionar que as figurações de “guerra” são bastante frequentes em “Sem palavras nem coisas” (poema do livro homônimo publicado no ano mesmo da Revolução, 1974): “enquanto escreves, lê, os tiros vão caindo/ sobre o que amaste” (Alexandre, 2021, p. 15); “O amor perdura de dentro dos tiros” (*Ibidem*); “fecho os olhos ao gás das granadas em voo” (*Idem*: 28); “é ter perdido a voz/ a granada que voa, pesada, como/ esta palavra: ternura, ao cair sobre a trela/ elementar dos dias.” (*Idem*: 29); “enquanto uma guerra/ se prende às cordas/ constantes da ternura,/ minhas pequenas dúvidas desatam/ os nós dentro da boca.” (*Idem*: 31). Adiante voltarei às “minhas pequenas dúvidas”, expressão que irá aparecer com certa recorrência no poema referido, e em variações ao longo de toda obra de Franco Alexandre. Retomo, no entanto, algumas declarações de Franco Alexandre em entrevista de 2001:

Inimigo Rumor. De *Sem Palavras* para os *Objectos*, houve o interlúdio do *Cartucho*. Essa forma «original» de embrulhar poemas era sustentada por intenções de vanguarda? Se, «por detrás», havia contestação das instituições das letras e/ou vontade de se chegar à vida, que condicionamentos políticos, artísticos e outros supunha o gesto? Como o viveu e pensou?

António Franco Alexandre. Sinceramente, ou já me esqueci, ou não houve intenção nenhuma especial, além da de publicar um cartucho. Mas é possível que algum outro dos autores, que afirme a paternidade da ideia, a explique.

Inimigo Rumor. Insistimos, ainda, no tópico político: a) Foi marxista, ao que julgamos saber. Com que perspectivas? E agora, que o não será, com que outras? b) Pode considerar-se política a sua poesia, na medida em que se constrói como fábulas do «terceiro excluído». Nelas, ora a política é «o terceiro excluído» da poesia, ora é a poesia «o terceiro excluído» da política. A vida na poesia tem de passar por este «embaraço»? (...)

António Franco Alexandre. O marxismo era uma espécie de caldo, mas não creio que tenha nunca sido marxista filosoficamente, ou talvez um bocadinho, fugazmente, quando surgiu Althusser. Em 75-76 dei uma cadeira sobre “materialismo dialéctico”, mas era uma crítica da noção mesma de materialismo dialéctico; eu estava simultaneamente um pouco althusseriano e muito hegeliano, pensava que Marx era sub-Hegel. (Alexandre, 2001, p. 52)

Curioso notar que ao se referir a este ano de 76 (novamente 1976), em que ofereceu um curso sobre o materialismo dialéctico, Franco Alexandre diz que estava *um pouco althusseriano e muito hegeliano*. O pensamento dialéctico, mesmo aquele desenvolvido por Hegel, me parece algo bastante avesso à poética alexandrina, que joga constantemente com hesitações e imprecisões, sem entretanto jamais encontrar, ou sequer pretender encontrar uma síntese. O poeta afirma: “Como o Herberto Helder nos permite pôr quase todas as palavras entre aspas, aproveito para pôr quase todas as asserções entre aspas; e depois tiro-as.” (Alexandre, 2001, p. 50). João Barrento dirá que

O que o faz avançar é uma atitude de tipo estoico: domina (...) em geral na poesia de Franco Alexandre, um sistemático desinvestimento em que um não-saber programático gera um saber-outro. O seu motor parece ser, a nível do agenciamento textual, o da exploração de uma astúcia do sentido (vd. entrevista em Inimigo Rumor nº 11, p. 49), com os seus jogos de escondidas; o princípio filosófico que o rege é o de uma ataraxia poética de efeitos sempre surpreendentes. (Barrento, 2024, p. 302)

A despeito de qualquer tentativa de enquadrar a poesia de Franco Alexandre a uma corrente filosófica específica, acredito que essa intersecção das diversas conformações do pensamento (o pensamento poético ou o pensamento filosófico) atravessa sua atividade criativa. A esse respeito, faço uma breve digressão: na seção “Notas e Comentários” da revista *Colóquio/Letras*, publicada em 1984, António Franco Alexandre introduz sua recensão sobre o então recém-publicado *Poesia 1961-1981*, de Gastão Cruz, da seguinte maneira:

Escrever é pensar; o poema pensa. Há poema (lição de Mallarmé), sempre que na linguagem há afirmação de estilo – apreensão singular do mundo, imposição singular de nomes e valores, juízo e instauração do mundo. A poesia é por isso, das artes da linguagem, o lugar do rigor, da precisão, da forma sensível organizada intelectualmente, da inteligência feita corpo, “mão do espírito”. (Alexandre, 1984, p. 65)

E, ainda assim, ele não apenas entende como sendo distintas as modalidades a que o pensamento se dispõe, como defende essa distinção, conforme lemos em resposta à questão colocada por Manuel Hermínio Monteiro:

[MHM] Pensas que, depois de Wittgenstein e de Pound, filosofia e poesia se cruzam mais vezes nos corredores do conhecimento e da expressão?

[AFA] Eu creio que, à partida, filosofia e poesia divergem nos seus objetivos e nos seus processos, e há vantagens em acentuar essa divergência. Depois sim, pode haver

correspondências e influências indirectas; pode a poesia brincar com os filosofemas, como pode alguma filosofia ensinar a ler melhor, ou ensinar a ser livre, coisas sem as quais nenhuma poesia é possível. Ao contrário, desconfio de todas as aproximações que ignorem ou anulem a divergência de princípio. A poesia não argumenta, nem explica, nem visa consensos; e a filosofia não é tudo o resto que não tem nome quando se acabam as ciências. E, contudo, é extraordinário como poetas e filósofos se dão bem, frequentemente dentro da mesma pessoa. (Alexandre, 1986, p. 2)

Apesar de todas as esquivas em se filiar a uma determinada corrente de pensamento que estivesse diretamente ligada ao seu gesto criativo como poeta, Franco Alexandre nunca deixa de reconhecer os atravessamentos a que uma e outra disciplina discursiva promovem mutuamente. Retorno ao ano de 1976, um ano repleto de acontecimentos relevantes: é também neste momento que ocorre a publicação de “Relatório Um”, no nº 1 da revista *Nova*, poema evidentemente político, como se auto-anuncia: “este libro está dedicado a la história actual, a la política./ Considera el pasado/ unicamente como una introducción / al porvenir” (pp. 61-62) e, mais adiante: “dedico-me/ à história actual,/ à política,/ ao desatar dos nomes, à oblíqua precessão/ dos telefones. estes são os factos, e a sua indecisão/ não me permite recusá-los” (p. 62). No mesmo poema, lemos a seguinte assertiva que coloca do avesso qualquer fixação de sentido pretendida por uma síntese, ou mesmo pela própria assertividade por meio da qual a expressão se conforma: “só com a atividade revolucionária é que a transformação de si/ coincide com a transformação das coisas/ e a transformação das coisas é, talvez, o lugar/ de uma coincidência obscura/ reunindo a transparência” (p. 63). O “talvez” que aí se inscreve protagoniza, ao mesmo tempo que modula tudo o que é dito antes ou depois. Estas são as pequenas dúvidas ou hesitações, as imprecisões representativas que cercam o autor, conformando a sintaxe de uma poética que é o testemunho dos limites da revolução. Limites que esbarram a todo momento com o ideal de entendimento absoluto, conforme versos de “Os objectos principais”: “é justo que esperemos/ transparentes respostas; e que algures/ se acabe a transparência, e fique/ uma parede lisa;/ e que nos doa a memória do enigma” (p. 95). Essa oscilação entre “uma coincidência obscura/ reunindo a transparência”, ou, em formulação que expressa ideia similar, ao jogar com a opacidade (obscuridade ou enigma) “e que algures/ se acabe a transparência, e fique/ uma parede lisa;/ e que nos doa a memória do enigma”, é uma das características recorrentes da obra do poeta, que conduziu João Barrento à seguinte afirmação: “A dubitativa “talvez” será porventura uma das vias mais seguras para nos relacionarmos com esta poesia das hipóteses, da não finalidade e do não definitivo. É assim desde o início, nos anos setenta, com os primeiros livros (...)” (Barrento, 2024, p. 314). Ora, Pedro Serra, Rosa Maria Martelo e Joana Matos Frias também atentaram para tal procedimento, já bastante flagrante em *Os Objectos Principais*. Se Rosa Martelo vai falar de um sentimento por parte do leitor que precede a racionalização do sentido:

Não se trata da aplicação de qualquer prosódia perceptiva dentro dos hábitos da língua (determinadas medidas métricas, idênticos blocos estróficos, um reconhecível padrão de rimas), mas de uso lexical de tal forma organizado que sentimos as ênfases das recorrências e dos contrastes, quer morfológicos quer sintácticos, antes de sentirmos o sentido e, por consequência, antes de racionalizarmos o sentido. (MARTELOb, 2010, p. 238)

Joana Matos Frias dirá o seguinte: “Indecisão: eis uma palavra-chave na qual o leitor ‘desramado’ (...) desta obra pode eventualmente refugiar-se, resguardar-se, para tornar a sua inevitável subleitura numa sobreleitura, tentando fazer da *falha* uma *fala*” (Frias, 2023, p. 212).

Pedro Serra, por sua vez, fala de implicações de *falência* ou de *des-centramento* do sentido na poesia de Franco Alexandre, aquilo que ele entende, com Enzensberger como a

ininteligibilidade do poeta Moderno. Serra dirá, precisamente, que essa falência (nas palavras de Franco Alexandre, repito, uma *linguagem orgulhosamente insignificante de todos os pontos de vista excepto o seu próprio*) seria:

(...) como uma virtude de resistência à socialização da poesia no espaço público, socialização a que, justamente, chamamos *sentido*. De algum modo, esse Espaço Público, hoje emagrecido ao tamanho de uma “casa da poesia” para recorrer a uma alegoria de Berardinelli (Cf. 1999), tem na opacidade do verso alexandrino uma figura de seus *limites*. (Serra, 2000, p. 655)

A mim, interessa sobretudo pensar a confluência desta poética que se manifesta como falha do sentido, no contexto de uma certa ideia de revolução, seja ela a grande revolução ou a mini-revolução, conforme fala Franco Alexandre em entrevista de 2001, já mencionada: “Claro que também falei de revolução, mas politicamente o que me importava mesmo eram as liberdades civis, isso é que tocava com a “minha” mini-revolução.” (Alexandre, 2001, p. 49).

Volto, finalmente, a alguns versos de “Os objectos principais” com os quais abri esta exposição: “a série de palavras (seja qual for a intensidade/ dos seus nomes, como as razões que nos vestem/ de grandes corolas) não esgota nunca os seus objectos,/ assim dispostos na aguarela ao lado/ dos buracos esborratados.” (Alexandre, 2001, p. 98). Nada nestes versos faz remissão direta a uma ideia de revolução: as imagens, ao contrário, tratam de uma certa falência da representação: a série de palavras, os nomes, a aguarela, tudo são tentativas insuficientes de esgotar os objectos e, no entanto, é preciso atentar ao fato de que a revolução historicamente efetivada, assim como a poesia, estão ambas subsumidas a um mesmo problema de desfocagem da palavra (ideia em conformação sintática) diante da coisa. Em verso já referido, Franco Alexandre afirma: “dedico-me ao desatar dos nomes (...) estes são os factos, e a sua indecisão/ não me permite recusá-los.” (p. 62). “(...) revolução e literatura são problemas de representação.”, dirá Pedro Serra (2012, p. 86) e dirá ainda:

em António Franco Alexandre os problemas de representação, na medida em que conformam o problema da “Revolução” – tanto o processo de trânsito da Ditadura para a Democracia, como a possibilidade de perfazer a sua teoria no processo veloz de anacronismo do evento – ganham em ser pensados contra um fundo pós-imperial e pós-colonial. A latência da poesia de *Sem Palavras Nem Coisas*, *Os Objectos Principais* e *Visitação* é lavrada e larvada pelo problema da língua portuguesa como “língua companheira do império”, de uma literatura que fez essa língua e, já no contexto do pós-25 de Abril, da possibilidade de as pós-colonializar. Clausurado o cronótopo do “itinerário dos biombos, o ardente | roteiro das passagens | dos rastros triunfais”, retornam, contumazes, as “nódas do passado”, os seus fantasmas, as suas miragens. (Serra, 2012, p. 107)

Esse passado, importa referir, está atravessado pela memória fantasmática que Franco Alexandre pinta com cores frias:

esse fantasma levantou os ladrilhos do corredor, entornando
à passagem o balde de geleia azul. foi esta
a primeira lembrança? ou seria
violeta; violenta; violentada; verde?
as nódoas do passado nunca se calam, apesar
de colocadas debaixo do aparador, junto à tua
cabeça maior.

ou teremos, um dia, medo
de lhes arremessar objectos grosseiros, alguma
espinha de água verde, ou azul, conforme
o ditarem as circunstâncias? receamos
o nosso destino, e o destino dos nossos
arbustos em flor. esse fantasma
devorou as sementes, só nos resta
abatê-lo à socapa das mesas. e depois
viveremos na infâmia, no pavor e no nojo.
(Alexandre, 2021, p. 76)

A memória está presente como nódoa, mancha que não se apagada, circundada por *objectos grosseiros* que ameaçam ou incitam o arremesso. A memória, portanto, é uma memória coletiva e, nesse caso específico, penso eu, coincidente com a história de Portugal.

Importa ainda ressaltar o uso frequente dos pontos de interrogação da poética alexandrina, conforme flagramos no poema acima, ou no verso que recupero do poema que abre *Os Objectos Principais*: “haverá motivo para o nosso pavor?”. As interrogações contribuem para a acentuação das “minhas pequenas dúvidas” tão frequentemente referidas pelo poeta, que irá formular esse acento na hesitação e na imprecisão com o seguinte verso do poema de abertura de *A Pequena Face*: “Vou dizer o que sei como quem mente” (Alexandre, 2021, p. 155) ou, ainda, com o já referido verso de “Relatório Um”, que vem selar esse procedimento de hesitação em consonância a uma forma de pensamento poético-político: “dedico-me ao desatar dos nomes (...) estes são os factos, e a sua indecisão/ não me permite recusá-los” (Alexandre, 2021, p. 62).

O leitor coevo pede intenções [afirma Pedro Serra], pede um autor, pede autoridade a uma poesia que, pelo contrário, é esquiva à autoridade, autorias e intencionalidade. Movemo-nos, no fundo, no âmbito do cerne estético mas também político da obra alexandrina naquele mais imediato pós-25 de Abril, cronótopo – e a expressão é do próprio poeta – de ‘penumbra da autoridade’. (Serra, 2012, p. 11)

Ora, equacionar a falência da coesão sintática e imagética em termos de poesia com a “penumbra da autoridade” me parece um gesto, eu diria, *indubitavelmente revolucionário*, não fosse o próprio poeta requisitar a dúvida como força maior desta sua revolução. No poema “Estas algumas horas” essa hesitação ocorre como marca de uma sintaxe toda ela labiríntica, como se, a meio do caminho, as próprias palavras hesitassem, não soubessem que rumo tomar: “recordaremos estas algumas horas”; “algumas estas horas os resultados surgem”; “longas estas algumas horas”; “alguma esta hora nos trará o celofane branco”; “quem/ de tão cerca, nos visitará nas estas/ algumas horas de sofrimento ter-mi-nal?”; “algumas horas estas alongam-se nos passeios”; “como evitar/ o que recordaremos, estas algumas horas?”; “ó que estas algumas horas sentadas no choro/ não quebrem a amurada das amáveis/ chávénas!” (Alexandre, 2021, pp. 78-81). A imagem espacial do labirinto a que recorro como metáfora de uma linguagem que promove tais deslocamentos sintáticos, abarca, do ponto de vista semântico, como é evidente mediante a recorrência do vocábulo “horas”, a deslocamentos simultaneamente temporais, em que recordações e prospecções futuras ocorrem na duração das variações que o sintagma inscrito no título opera, leitura que o poema subsequente vem confirmar, entre o esquecimento e “o sossego das interrogações”: “Algumas horas outras invadiram as sedas”; “assim estas algumas outras horas: como esquecê-las?”; “outras algumas horas que a madeira se parte”; “algumas outras horas que adivinham em garfos/ naufragados, o silêncio, a secura.” (Alexandre, 2021, pp.

82-83). Suponho que toda essa hesitação entre a recordação e o esquecimento, entre a duração continuada e a determinação pronominal, hesitação expressa mediante os deslocamentos sintáticos acima referidos é parte de uma única revolução que, recorrendo a um outro verso de Franco Alexandre, pertence "(...) a um passado insensato que/ nem todas as palavras conseguem exprimir." (Alexandre, 2021, p. 87).

O poema é, assim, o resíduo da história ou da linguagem, aqui subsumidas a um único eixo de interesse, aquilo que permanece depois da "insidiosa questão: terá ainda sentido/ o que dizemos?" (Alexandre, 2021, p. 87).

Referências

- Alexandre, António Franco. (2001). "Entrevista: António Franco Alexandre. 'Sou certamente um grande especialista em sublimação, hélas'." Entrevistadores: Américo António Lindeza Diogo e Pedro Serra. *Inimigo Rumor*, (11), Rio de Janeiro: 7Letras, pp. 46-52.
- Alexandre, António Franco. (1984). "Notas e Comentários" *Colóquio/Letras*, (81), pp. 65-68.
- Alexandre, António Franco; Monteiro, Manuel Hermínio. (1986). "Perguntas a António Franco Alexandre". *A Phala*, II(3), pp.1-2, out/dez.
- Alexandre, António Franco. (2021). *Poemas*. Porto Editora.
- Barrento, João. (2024). "António Franco Alexandre: a ordem geométrica das coisas e o clamor harmónico do mundo". In: *Os Infinitos Modos da Palavra: caminhos e metamorfoses da poesia portuguesa contemporânea*. Lages do Pico: Companhia das Ilhas, pp. 296-320.
- Dionísio, Eduarda. (1994). *Títulos, Acções, Obrigações. A Cultura em Portugal 1974-1994*. Salamandra.
- Frias, Joana Matos. (2023). "Imprecisões deliciosamente suportáveis (tópicos de António Franco Alexandre)". In: *Oscilações*. Sistema Solar, pp. 209-220.
- Lourenço, Eduardo. (1976). *O Fascismo nunca existiu*. Dom Quixote.
- Lourenço, Eduardo. (1994). "Programa do MFA. Euforicamente sós". In: *Público*, pp. 5-6.
- Magalhães, Joaquim Manuel. (1987). *Alguns Livros Reunidos*. Contexto.
- Martelo, Rosa Maria. (2010ª). "Cartucho e as linhas de renovação da poesia portuguesa na segunda metade do século XX". In: *A Forma Informe*. Assírio & Alvim, pp. 153-178.
- Serra, Pedro. (2012). "Arqueofonia e língua do império e na poesia pós-25 de abril: o caso de António Franco Alexandre". *Relâmpago. Revista de Poesia*, 29-30. Fundação Luís Miguel Nava, pp. 81-109.
- Serra, Pedro. (2000). "Tópicos deleuzianos para uma leitura de António Franco Alexandre", in AA. VV. *Ensinar a pensar con liberdade e risco. Homenagem a Basílio Losada*, Publicaciones de la Universitat de Barcelona, pp. 651-659.